



Câmara Municipal de Mêda

Mêda

Ata Número 7

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e trinta minutos realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda, estando presente o Senhor Vereador pela coligação AD-PSD/CDS: Carlos Alberto Batoco Montês e os Senhores Vereadores eleitos do PS: Anselmo Antunes de Sousa e Carlos Bruno Fial Pereia.

Pela coligação AD-PSD/CDS, faltou a Vereadora Carla Sequeira, que justificou a sua ausência. ----- A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. ----- Verificada a existência de "quórum", foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara.

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

4º e 5º Alteração ao Orçamento e as grandes opções do plano – para conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 – Análise e aprovação da Ata número seis da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e seis; Ponto 2 - Empreitada de Beneficiação do Caminho Municipal Cancelos – Santo Amaro e Cancelos - Areola - aprovação revisão de preços provisória; Ponto 3 - Empreitada de Recuperação do Solar dos Abreu – Requalificação dos Serviços para Serviço Público - Aprovação do auto n.º 1 e resumo da situação da empreitada; Ponto 4 – Investimento nas Freguesias - Repavimentação da Rua Alto do Forno, Largo do Rossio e Largo Augusto Cesar de Carvalho. Libertação de Caução e Liquidação de cativos. Adjudicatário: Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda; Ponto 5 – Construção de Arruamentos no Concelho - Pavimentação de Arruamentos em Alcarva - Conta Final; Ponto 6 - Casa da Cidadania – Reabilitação de Espaços de Desenvolvimento Municipal – Serviços Técnicos; Ponto 7 - Construção da ETAR dos Cancelos - Liberação Parcial de Caução Adjudicatário CIVIL CASA II – Construções, S.A; Ponto 8 – Beneficiação da E.M. 600-1 - Vaflor - Paipenela, Rua da Escola em Mêda, Troços Degradadas na E.N. 324 e Arruamentos em Sequeiros - Conta Final; Ponto 9 - Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Barreira para realização do XXXVII encontro venatório do nordeste transmontano;

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; Situação financeira – Conhecimento; -----

4º e 5º Alteração ao Orçamento e as grandes opções do plano – para conhecimento; -----

Tomou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, cumprimentando os presentes, e informou que a Senhora Vereadora não se encontrava presente, por se ter deslocado à Guarda para participar numa reunião considerada importante, no âmbito da Cibersegurança que se encontram atualmente em destaque. Esclareceu ainda que a reunião sobre essa temática era às 14h30 e por esse mesmo motivo não está presente. De seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros do Executivo, deixando-os à vontade para apresentar eventuais questões ou intervenções que entendessem pertinentes.


Almeida

Usou da palavra o **Vereador Anselmo Sousa**, referindo que pretendia colocar duas questões de uma forma muito rápida. Questionou sobre a programação das atividades que foram publicadas, mencionando que, ao consultar a informação, verificou que a Expo Mêda não constava no programa. Questionou assim se o mesmo efetivamente não se realizará. De Seguida referiu que em conversas informais com os municípios, foi abordado que as datas de algumas festas das aldeias não constavam no programa. Referiu ainda que, embora soubesse que o assunto ultrapassava as competências do município, havia pessoas que o abordavam dizendo que ainda não tinham recebido as indemnizações relacionadas aos incêndios. Mencionou também que lhe foi transmitido que para essas candidaturas serem validas lhes eram exigidos a certidão de não dívida da Segurança Social e das Finanças, questionando assim se existia alguma informação por parte da CCDR sobre o assunto. Referiu que, infelizmente, o país está atualmente a ser afetado pelas cheias, embora o concelho não tenha sido significativamente afetado. Acrescentou que, apesar disso, o concelho foi fortemente afetado pelos incêndios, sendo dos mais afetados. Mencionou ainda que existem municípios que estão a atribuir cerca de 500 euros de incentivo para reflorestação, como forma de apoiar agricultores e proprietários, a dar continuidade as suas explorações agrícolas. -----

Usou da palavra o **Vereador Carlos Fial**, que cumprimentou os presentes, e referiu que iria deixar algumas notas, tendo em conta que, pela ordem de trabalho, parecia existir algum tempo disponível. Reforçou a questão dos incêndios, referindo que muitas pessoas o abordavam sobre o tema, e segundo informações de ouvir dizer, parecia que só agora na Freguesia da Mêda começaram com as fiscalizações e validações, para dar as devidas indemnizações causadas pelos incêndios. Acrescentou que tinha conhecimento de que o processo se encontrava demorado, destacando, igualmente, que muitas pessoas, sobretudo os agricultores mais idosos, apresentavam dificuldades na interpretação da informação, pelo que o abordavam, não sabendo exatamente como o processo iria decorrer nem a quem deveriam dirigir-se, mas que procurou encaminhá-los para os serviços florestais sempre que possível, manifestando assim que solicitava um breve ponto da situação sobre esta matéria. Salientou que a questão das intempéries não poderia ser ignorada e que seria relevante verificar se se registaram danos estruturais em infraestruturas que mereçam ser reportados. Acrescentou, ainda, que na última reunião de Câmara curiosamente se tinham abordado questões relacionadas com a ponte do Massueime, sendo necessário confirmar se, do ponto de vista estrutural, existiam danos relevantes. Referiu também que seria importante avaliar a situação dos principais recursos de água do concelho. Alertou para uma infraestrutura que, por não estar em utilização, poderia passar despercebida, nomeadamente a Ponte Velha, em Veloso. Referiu que se tratava de uma ponte que já apresentava, na sua altura, sérios danos estruturais e considerou necessário averiguar se o curso da ribeira Teja terá afetado a ponte ou não, destacando a importância de se registar essa informação. Acrescentou uma nota relativamente à qualidade da água, do ponto de vista da água potável e da sua monitorização. Referiu que tinha conhecimento de que existem entidades próprias responsáveis pela monitorização, e considerou importante saber se a Câmara tem acompanhado esta matéria de forma atenta. Destacou que, devido aos incêndios recentes e às enxurradas ocorridas, os cursos de água poderiam ter sido afetados por resíduos florestais provenientes dos incêndios. Mencionou que estudos recentes têm abordado esta temática e que, como exemplo, o caso de Pedrógão, onde, durante alguns anos, se verificaram dificuldades desse género. Acrescentou que, por esta razão, seria importante saber se está a ser feito um acompanhamento mais próximo e atento desta matéria, até porque apesar de não ter a certeza da relação causa e efeito, recentemente no município, como no caso de Foz Côa, abastecido pela barragem de Ranhados, verificaram-se problemas num depósito de água, numa das suas vilas, obrigando a condicionar o abastecimento. Por fim, referiu que trazia também uma reflexão mais abrangente, relacionada com a proteção civil, sobre a qual já tinha tido oportunidade de falar anteriormente referindo que, de facto, face a estes acontecimentos, e sobretudo considerando os eventos que ocorreram no país ao longo do último ano, tornou-se evidente a necessidade de



Almeida

encarar a proteção civil de uma forma diferente, mais proativa. Destacou que, durante os últimos 30 ou 40 anos, a proteção civil era um serviço existente nos municípios, mas utilizado apenas em casos de extrema necessidade. Acrescentou que se tem de começar a olhar para este setor de uma outra forma, considerando urgente considerar a proteção civil como um ramo de atividade municipal que exige muita atenção. Referiu que trazia algumas propostas para reflexão, de modo a permitir melhorias futuras. Destacou, em primeiro lugar, a necessidade de atualização do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, salientando que, segundo informações da própria ANPC, o último teste do plano ocorreu em 2017. Considerou, portanto, conveniente proceder a uma atualização e a um novo teste do Plano Municipal de Proteção Civil. Acrescentou, ainda, uma nota relativa à comunicação. Referiu que, apesar da Câmara demonstrar preocupação em comunicar, como aconteceu durante as intempéries recentes, em que divulgaram informações sobre condicionalismos de trânsito e derrocadas, observou que muitas instituições começam a utilizar plataformas como o Facebook e outras redes sociais. Destacou que a informação veiculada nessas plataformas nem sempre chega à maioria da população, dado que são regidas por algoritmos e nem todos os utilizadores visualizam o conteúdo. Sublinhou também que muitas pessoas que utilizam os serviços municipais não recorrem regularmente a estas plataformas, o que limita a eficácia da comunicação. Alertou para a urgência de reativar canais de comunicação tradicionais, destacando a importância de interagir mais com os presidentes de juntas de freguesia, paróquias, IPSS e associações, de forma a criar mecanismos de comunicação mais eficazes, que permitam que a mensagem chegue, principalmente, à população idosa. Também neste âmbito, referiu a comunicação operacional. Referiu que, em conversa com o Sr. Vice-Presidente, abordou a questão do SIRESP, salientando que a primeira reclamação dos autarcas em Leiria foi referida a esta rede. Recordou que, durante os incêndios de 2025, se verificaram falhas no SIRESP e nas redes digitais. Salientou que se torna necessário implementar um sistema de redundância nas comunicações entre os operacionais. Referiu que a Câmara poderia, pelo menos a nível concelhio, criar um sistema de comunicação que combine diferentes tecnologias, como rádios de onda curta e mecanismos via satélite, por exemplo, através de serviços como a Starlink, juntamente com a tradicional rádio de onda curta. Destacou que seria importante criar um sistema que permitisse assegurar a comunicação entre os principais agentes envolvidos na resposta a situações de calamidade, seja Município, Juntas de Freguesia, Bombeiros, GNR e Centro de Saúde. Recordou que, durante os acontecimentos de agosto, a ausência de redes adequadas obrigou à comunicação quase por 'pombo-correio', dificultando o envio de mensagens urgentes, especialmente para quem se encontrava no terreno. Acrescentou, ainda, a sugestão de reativar as ações de sensibilização que já tinham sido realizadas no passado, como exemplo, o programa 'Aldeia Segura', implementado em 2017 e 2018, que envolveu a realização de simulacros e a formação da sociedade civil para responder a situações de calamidade, especialmente nos incêndios, podendo também ser adaptado para outros tipos de ocorrências, incluindo ações em escolas. Salientou que, tal como se verificou nos incêndios de 2025, quando os mecanismos de resposta não são suficientes, é sempre a população que deve estar preparada para adotar medidas de autoproteção. Acrescentou que é igualmente relevante considerar a questão da autonomia energética. Referiu que o concelho sofreu com apagão, e com os incêndios, destacando que tanto as redes de comunicação como serviços essenciais, como o abastecimento de água, dependem da energia elétrica. Considerou pertinente que a Câmara avalie a aquisição de sistemas de salvaguarda, como geradores ou acumuladores de energia, de forma a garantir o funcionamento dos serviços em situação de emergência. Apresentou, por último, uma reflexão, referindo que provavelmente este tema poderá dar origem a discussões futuras em outras reuniões de Câmara, onde questionou qual é o projeto ou as intenções existentes relativamente às instalações dos bombeiros na Mêda. Mencionou ter ouvido falar sobre um plano de mediação do quartel existente e que a própria Associação dos Bombeiros teria promovido, ou tinha intenção de promover, a aquisição de terrenos para este efeito. Perguntou se a Câmara tem alguma intervenção a fazer neste processo, ponderando se será a melhor opção apostar na ampliação de um quartel que já foi ampliado e RE ampliado e que apresenta


Hélio Meireles

problemas estruturais, até à sua localização, podendo justificar, eventualmente, a construção de um novo equipamento noutro local. Acrescentou que esta reflexão deve ser considerada num contexto mais amplo de proteção civil, incluindo a possibilidade de que o novo quartel dos bombeiros ficar junto de outras estruturas, como o heliporto, os GIPS da GNR, bem como os próprios serviços municipais de proteção civil. Referiu que se trata apenas de uma reflexão a partilhar com a Câmara, destacando que os acontecimentos recentes vividos no país têm sido drásticos e que, infelizmente, cada vez mais serão recorrentes, face à realidade climática atual incluindo a possibilidade de que o equipamento dos bombeiros pudesse acomodar outras estruturas, como no heliporto, os jipes da GDR localizados no concelho, bem como os próprios serviços municipais de proteção civil. Referiu que se trata apenas de uma reflexão a partilhar com a Câmara, destacando que os acontecimentos recentes vividos no país têm sido drásticos e que, infelizmente, cada vez mais serão recorrentes, face à realidade climática atual. Concluiu a sua intervenção agradecendo.

Tomou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, que referiu dizendo que o Sr. Vereador Carlos Fial teria andado a ouvir o que é a sua estratégia pessoal no ponto de vista Estrutural da Proteção Civil, porque aquilo que abordou aqui de uma forma muito objetiva, foi dado ordem para a aquisição de geradores antes das intempéries, de forma a tornar a Câmara Municipal, a Proteção Civil, autónoma. Referiu que se encontra em curso um processo de implementação de comunicações por satélite, através da Banda alta e Starlink, para o nosso concelho, que deverá estar concluído no prazo de um a dois meses. Sublinhou que este procedimento já estava a ser desenvolvido independentemente das intempéries, dado que se trata de uma preocupação que vem dos incêndios ocorridos nos últimos anos, e não apenas do ano passado, mas dos últimos anos. Referiu que não se deve agir apenas quando a situação já se encontra crítica, e recorreu a uma expressão de "à necessidade de trancar a porta apenas depois de a casa ter sido arrombada". Destacou que, neste momento, a Câmara, do ponto de vista estrutural e do ponto de vista objetivo, já iniciou antes das intempéries a aquisição de material que lhe permite ser autossuficiente, nomeadamente em termos de comunicação e de energia. Salientou que o espaço da Câmara passará a contar com um ponto de eletricidade integrado no sistema e na proteção civil, e estarão a estudar-se medidas que correspondam à necessidade de assegurar o funcionamento em situações de emergência. Manifestou que existem carências evidentes em várias instituições do concelho, nomeadamente nas IPSS, considerando importante que estas deveriam estar munidas de geradores próprios, capazes de responder às falhas de energia. Salientou que, para a aquisição deste tipo de equipamentos, é necessário recorrer a candidaturas, atendendo ao valor financeiro elevado associado aos geradores, não sendo equipamentos de baixo custo. Ainda assim, referiu que existe essa necessidade identificada e que já estão a ser desenvolvidos procedimentos nesse sentido. Relativamente à situação da proteção civil e dos bombeiros, referiu que a Associação dos Bombeiros possui direção e comando próprios, recordando que, durante o último mandato, colocou à discussão a sua visão estratégica. Salientou que, na sua perspetiva, mais do que a ampliação das atuais instalações dos bombeiros, poderia ser ponderada a criação de um novo espaço, designadamente junto ao heliporto. Indicou que já tinha abordado esta matéria junto da Comissão Fabriqueira, manifestando a intenção, durante o presente mandato, de passar para a esfera municipal o espaço do heliporto. Referiu ainda ter abordado esta questão com o Senhor Padre, considerando que este tipo de infraestrutura deve estar sob responsabilidade direta da Câmara, não devendo depender de contratos com outras entidades, uma vez que podem ser necessárias obras e intervenções que não devem ficar dependentes de organismos externos. Acrescentou que esse aumento de infraestruturas no âmbito da proteção civil deve estar articulado com as necessidades dos bombeiros, sublinhando que nunca existirá qualquer imposição por parte da Câmara, sendo intenção do município manter uma postura proativa de apoio aos bombeiros, atendendo à importância crescente do seu papel junto das populações. Referiu que, tanto o Sr. Presidente, como a Direção e o Sr. Comandante dos Bombeiros, têm conhecimento de que a sua visão, no âmbito da proteção civil, passa pela


Lemeida

criação de uma estrutura fora da área urbana, numa zona adjacente, que permita responder às necessidades operacionais dos bombeiros e às exigências logísticas associadas à sua atividade. Esclareceu tratar-se da sua posição pessoal e ideológica, reconhecendo que poderão existir entendimentos diferentes. Acrescentou que, caso os bombeiros pretendam avançar com a ampliação do quartel nas atuais instalações, não existirão impedimentos por parte da Câmara, ainda que, na sua perspetiva, essa solução possa revelar-se insuficiente face às necessidades futuras. Referiu ainda que já tinha transmitido ao Sr. Presidente dos Bombeiros e à respetiva Direção a intenção de criar um posto de proteção civil distinto, que pudesse igualmente dar resposta às necessidades das forças de segurança, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana, que atualmente se encontram instaladas em instalações que não reúnem todas as condições desejáveis. Salientou que a solução encontrada na altura foi a possível e que permitiu garantir a presença desses serviços no concelho, não devendo esse investimento ser desvalorizado. Contudo, reiterou que a ideia de criação de novas infraestruturas se mantém em discussão e é do conhecimento dos bombeiros, do comando e do executivo municipal. Manifestou que, embora tenha uma posição clara sobre esta matéria, reconhece que, em contexto democrático, podem existir visões diferentes. Reforçou que, enquanto responsável municipal, tudo fará para garantir que os bombeiros, nas atuais instalações ou noutra localização, disponham das condições necessárias para continuar a desenvolver o seu trabalho de proximidade às populações. Destacou que a proteção civil será cada vez mais uma área estrutural da ação municipal, salientando o reconhecimento da capacidade de resposta nestas matérias, tanto ao nível da reação como da prevenção. Relativamente à comunicação, referiu que, embora a informação seja divulgada através das redes sociais, a mesma é também transmitida aos presidentes de junta, para que a façam chegar às populações pelos meios considerados mais adequados. Salientou que existem pessoas que não accedem a plataformas digitais, sendo importante recorrer também a meios tradicionais de comunicação, incluindo a colaboração com instituições e paróquias. Referiu ainda que, apesar de se tratar de um concelho de pequena dimensão, existe proximidade entre população, permitindo esclarecer dúvidas diretamente junto dos Senhores Vereadores. Acrescentou que a Proteção Civil tem desenvolvido trabalho relevante em benefício da população, embora reconheça que ainda existem necessidades ao nível de equipamentos, nomeadamente espalhadores de sal para situações de gelo, lâminas limpa-neve e outros meios de apoio operacional, considerando igualmente importante a existência de apoios estatais para estas aquisições, atendendo às limitações financeiras municipais. Relativamente à qualidade da água e às linhas de água, referiu que os serviços municipais têm funcionado de forma eficaz, em articulação com as entidades competentes, recordando investimentos já realizados na contenção de cinzas e resíduos florestais após incêndios, designadamente na proteção das bacias hidrográficas e linhas de água. No que respeita às infraestruturas, referiu que os danos resultantes das intempéries têm sido sinalizados junto das entidades competentes, nomeadamente CCDR, e Infraestruturas de Portugal, com vista a eventual apoio financeiro para reposição das condições. Referiu que, caso não existam apoios, a Câmara terá de intervir com meios próprios, sobretudo quando estiver em causa a segurança de pessoas e bens. Acrescentou que existe especial preocupação com pontes e infraestruturas com elevado nível de circulação, referindo que algumas já tiveram intervenções estruturais no passado, sendo necessário manter acompanhamento permanente. Relativamente à comunicação, destacou a criação de um calendário anual de eventos, que veio melhorar a previsibilidade e divulgação das iniciativas municipais, referindo que este instrumento deverá continuar a ser melhorado e divulgado com maior antecedência. Manifestou a importância de articulação entre Câmara e juntas de freguesia na organização de eventos, defendendo que, num território com pouca população, deve existir coordenação para evitar sobreposição de iniciativas das freguesias. Referiu que foi falado com as associações, com as cooperativas e com as coletividades, salientando que se trata de um calendário que deverá ser melhorado. Acrescentou que, caso algum evento não conste do calendário, poderá dever-se ao facto de alguma junta de freguesia não o ter sinalizado. Destacou que isso não significa que não venha a ser incluído, uma vez que se trata do primeiro calendário,


Abelardo

no qual contém um asterisco indicando que está sujeito a alterações. Indicou ainda que o calendário será atualizado de dois em dois meses, podendo contemplar alterações, desistências de eventos ou a introdução de novos eventos. Sublinhou que considera tratar-se de uma ferramenta importante, não só para a população residente em Mêda, mas também para quem visita o concelho, permitindo planear férias em função da programação dando como exemplo o último fim de semana de julho ou o mês de agosto, referindo que, através do calendário, as pessoas conseguem saber quais os eventos que existem no concelho. Relativamente à situação da Expo Mêda, referiu que, na sua tomada de posse, definiu três princípios a aplicar no primeiro trimestre de 2026, sendo o primeiro a mobilidade, com o objetivo de criar um plano que permita às pessoas deslocarem-se diretamente à Mêda a partir do Porto, Lisboa ou Algarve, ainda que não diariamente, mas com ligações semanais. Referiu que o segundo ponto passava por encorajar investimentos privado no nosso território, por considerar que o concelho tem futuro, mas que esse futuro será ainda mais sólido com a instalação de empresas que criem riqueza e emprego, manifestando muita expectativa em alcançá-lo. Acrescentou ainda que existe uma terceira questão, não diretamente ligada à Expo Mêda, mas relacionada com o feriado municipal, esclarecendo que não defende a substituição da data atual, mas sim a sua colocação à discussão pública, primeiro neste Fórum, depois em Assembleia e, posteriormente, através de referendo. Referiu também que uma parte significativa da comunidade desconhece o motivo pelo qual o dia 11 de novembro é o feriado municipal. Referiu ainda que só há pouco tempo teve conhecimento de que o feriado municipal não está associado ao São Martinho, mas sim ao facto de anteriormente ser celebrado a 12 de novembro, tendo posteriormente sido ajustado para coincidir com o dia de São Martinho. Considerou que essa alteração acabou por não criar a identidade que procura para o concelho. Referiu também que a discussão sobre o feriado municipal não tem obrigatoriamente de estar ligada à Expo Mêda, defendendo que são temas distintos. Sublinhou que não defende a extinção da Expo Mêda, mas sim a sua realização numa data diferente, por considerar que o período atual, pela altura do mês e da semana em que ocorre, limita a capacidade de crescimento e de expansão do evento, defendendo que essa discussão deve ser feita logo no primeiro ano de mandato. Referiu que, quando tomou posse a 3 de novembro, a Expo Mêda já estava programada, uma vez que não é em poucos dias que se organiza o evento. Salientou que a edição realizada no dia 11 de novembro, devido à data que pretende propor para a realização da Expo Mêda, no ano seguinte não seria adequado realizá-la apenas quatro ou cinco meses depois. Defendeu que a nova data do evento deverá situar-se entre maio e junho, sem especificar início ou fim exato, considerando que este período permite evitar conflitos com a festa de agosto ou com festas tradicionais das freguesias. Acrescentou que esta é uma época com grande potencial de crescimento para o concelho, dado que existem poucas atividades concorrentes. Concluiu que, por essas razões, a Expo Mêda deste ano não se realizará, estando prevista para o próximo ano, com a data a ser discutida ainda este ano. Em relação aos incêndios, o Senhor presidente, apresentou dados sobre o processo de candidaturas. Referiu que, até ao momento, foram submetidas 839 candidaturas, num valor total de 9.971.689 euros. Informou que, destas, 390 candidaturas já se encontram controladas, 347 validadas e 255 pagas, que equivale a 1 milhão de euros. Explicou ainda que, para efeitos de compreensão, existe uma fase inicial de candidatura e que, se todas forem validadas, o montante total atinge quase 10 milhões de euros. Referiu que, após a fase de candidatura, segue-se o controlo de campo, sendo apenas após esta etapa que a candidatura é validada. Até ao momento, foram pagas 255 candidaturas, num montante de 989 mil euros; 347 candidaturas foram validadas e 390 controladas. Salientou que ainda existe um défice significativo, superior a 50%, entre as candidaturas controladas e o total das submetidas. Acrescentou que ainda é possível submeter candidaturas, uma vez que decorrem oito meses desde os incêndios e o prazo termina salvo erro no final de março. Referiu que novas candidaturas continuam a ser recebidas e que serão posteriormente validadas. Referiu que algumas candidaturas submetidas online têm apresentado problemas, nomeadamente porque não foram acompanhadas das fotografias exigidas, sendo a plataforma incapaz de as processar corretamente. Estas candidaturas estão a ser devolvidas,


M. meda.

devendo ser refeitas presencialmente na sede da proteção civil. Salientou que a pressa pode ser má conselheira, dando como exemplo a situação na CCDR-Norte, onde o dinheiro foi adiantado antes da conclusão das candidaturas. Explicou que, quando a validação em campo não corresponde às candidaturas realizadas, quem recebeu foi obrigado a devolver os montantes já recebidos, o que é problemático. Referiu que prefere que o processo seja realizado de forma pausada e criteriosa, garantindo que todos os beneficiários sejam ressarcidos. Acrescentou que, numa fase inicial, o limite por candidatura era de 10 mil euros por pessoa, mas passou recentemente para 15 mil euros, não havendo retroatividade para os beneficiários que já receberam os 10 mil euros anteriormente. Referiu que a diferença entre os 10 e os 15 mil euros por candidatura terá de ser tratada pelo PEPAC, sendo este um fundo de investimento distinto. Sublinhou a importância de proceder com cuidado, explicando que as pessoas podem ser ressarcidas até 15 mil euros através do processo atual, mas que prejuízos superiores a este valor terão de ser submetidos diretamente ao PEPAC, onde só serão validados se forem reconhecidos no controlo de campo. Esclareceu que, por exemplo, se uma vistoria identificar um prejuízo de 100 mil euros, apenas 15 mil euros são pagos pelo processo corrente, e os restantes 85 mil euros só poderão ser considerados através do PEPAC, caso exista validação nesse controlo. Apesar disso, salientou que, segundo informação da CCDR, o concelho apresentou um valor absoluto de prejuízos superior, cerca de 10 milhões de euros a beneficiar os agricultores, esperando que nas próximas semanas sejam atendidas estas necessidades. Referiu que os apoios não podem ser punitivos e que não se deve sobrepor aos apoios concedidos pelo Estado, mesmo quando se pretende incentivar investimentos em áreas como frutos secos, viticultura, pastorícia ou floresta. Sublinhou que muitos dos regulamentos existentes colidem com os valores atribuídos no âmbito das candidaturas de 10 e 15 milhões de euros, pelo que os apoios não podem ser cumulativos. Explicou que a mesma regra se aplicou anteriormente à apicultura, em que não se podia conceder um apoio adicional sobre o que já era atribuído pelo Estado. Destacou que o melhor apoio que se pode prestar aos agricultores neste momento é assegurar que o processo de candidatura e validação seja corretamente executado. Informou que foram disponibilizadas duas viaturas e quatro técnicos por semana para dar apoio, conforme as necessidades da CCDR. -----

Tomou da palavra o **Vereador Carlos Fial**, que questionou se houve algum desenvolvimento relativamente ao tema da Saúde mais propriamente ao encerramento do SAC, referindo-se ao assunto como 'o nosso Elefante da Sala', questionando se existem boas notícias. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, que explicou que, neste momento, o SAC não se encontra tantas vezes encerrado como no passado, não havendo dias consecutivos de encerramento como se verificou até ao final do ano anterior. No âmbito da estratégia da Câmara, convocou uma reunião com os Presidentes de Junta, tendo cada bancada nomeado um representante e explicou que, como os Presidentes de Junta não podiam votar por não se tratar de uma bancada, reuniu-os na semana anterior, pedindo que escolhessem entre eles o nome do representante. Informou que o resultado da votação indicou o Presidente da Junta da Mêda, José Lemos e a Presidente do Poço do Canto, Alexandrina Abrunhosa em segundo. Referiu que, quanto aos próximos passos deu duas datas disponíveis durante o próximo mês para articular com o grupo de trabalho e comunicar à Câmara. Sublinhou que a reunião deverá ser extraordinária, limitada ao tema em questão, não devendo ser confundida com outros assuntos. Acrescentou que, embora não esteja completamente satisfeito, considera que o serviço deve estar permanentemente disponível, por se tratar de um serviço essencial que não pode ser suspenso.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Aprovação da ata número 6º da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de janeiro do ano dois mil e vinte e seis; -----

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. -----



A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº6 referente à reunião ordinária de câmara realizada no dia dezasseis janeiro de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município. -----

Ponto 2 - Empreitada de Beneficiação do Caminho Municipal Cancelos – Santo Amaro e Cancelos - Areola - aprovação revisão de preços provisória; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a revisão de preços provisória da empreitada de Beneficiação do Caminho Municipal Cancelos – Santo Amaro e Cancelos - Areola, no valor de 5.690,43 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Ponto 3 - Empreitada de Recuperação do Solar dos Abreu – Requalificação dos Serviços para Serviço Público - Aprovação do auto n.º 1 e resumo da situação da empreitada; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de medição n.º 1 da Empreitada de Recuperação do Solar dos Abreu – Requalificação dos Serviços para Serviço Público, no valor de 11.416,69 €. -----

Ponto 4 – Investimento nas Freguesias - Repavimentação da Rua Alto do Forno, Largo do Rossio e Largo Augusto Cesar de Carvalho. Libertação de Caução e Liquidação de cativos. Adjudicatário: Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a libertação da caução da empreitada de repavimentação da Rua Alto do Forno, Largo do Rossio e Largo Augusto Cesar de Carvalho, referente à Garantia Bancária nº 2518.003107.293, no valor de 5.311,83 €, não havendo lugar à liquidação de cativos. -----

Ponto 5 – Construção de Arruamentos no Concelho - Pavimentação de Arruamentos em Alcarva - Conta Final; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Conta Final da obra de pavimentação de arruamentos em Alcarva, adjudicada à empresa Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda, no valor final de 14.400,40 €, S/IVA, acompanhada do Auto de Receção Provisória. -----

Ponto 6 - Casa da Cidadania – Reabilitação de Espaços de Desenvolvimento Municipal – Serviços Técnicos; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de medição n.º 1 da empreitada de reabilitação de espaços de desenvolvimento municipal – Casa da Cidadania, no valor de 129.141,20 €, referente aos trabalhos executados até ao final de dezembro de 2025, correspondendo a 17,01% do valor total do contrato. -----

Ponto 7 - Construção da ETAR dos Cancelos - Liberação Parcial de Caução Adjudicatário CIVIL CASA II – Construções, S.A; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----



A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação parcial adicional de 15% da caução prestada pela empresa CIVIL CASA II – Construções, S.A., relativa à construção da ETAR dos Cancelos, no valor de 1.860,54 €, ficando a caução reduzida a 25% do seu valor total. -----

Ponto 8 – Beneficiação da E.M. 600-1 - Valflor - Paipenela, Rua da Escola em Mêda, Troços Degradadas na E.N. 324 e Arruamentos em Sequeiros - Conta Final; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Conta Final da obra de beneficiação da E.M. 600-1 – Valflor/Paipenela, Rua da Escola em Mêda, troços degradados na E.N. 324 e arruamentos em Sequeiros, adjudicada à empresa Gualdim Anciões Amado & Filhos, Lda, no valor final de 222.703,79 €, S/IVA, acompanhada do Auto de receção Provisória. -----

Ponto 9 - Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Barreira para realização do XXXVII encontro venatório do nordeste transmontano; -----

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Barreira, no montante de 5.000,00 €, para a realização do XXXVII Encontro Venatório do Nordeste Transmontano, a formalizar através de protocolo de colaboração, conferindo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga. -----

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezassete horas doze minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que comprehende nove páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda

(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária

Leticia Lopes Almeida

(Leticia Lopes Almeida)